

17 - MINISTÉRIO DO ESPORTE - ME

Em 15 de janeiro de 2003, foi publicada a Lei n.º 10.640, destinando um montante de R\$ 750.065.407,00 (setecentos e cinquenta milhões, sessenta e cinco mil, quatrocentos e sete reais) ao Ministério do Esporte, distribuídos entre as Unidades Orçamentárias da seguinte forma:

R\$ 1,00

UNIDADE	PL	EMENDAS	LOA
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	219.353.992	257.509.940	476.863.932
EMBRATUR	125.200.604	136.483.000	261.683.604
FUNGETUR	11.517.871	0	11.517.871
TOTAL	356.072.467	393.992.940	750.065.407

Fonte: Congresso Nacional

Por meio da publicação da MP n.º 103, de 01/01/2003, convertida na Lei n.º 10.683, de 28/05/2003, o Ministério do Esporte e Turismo passou a denominar-se Ministério do Esporte, segmentando a função do Turismo a uma Pasta Ministerial criada especialmente para o desenvolvimento do setor. Como consequência, em 14/01/2003, por meio de Decreto, foram procedidos ajustes na LOA, transferindo as dotações orçamentárias relativas à função Turismo, para o Ministério do Turismo. Desta forma, o orçamento consignado ao Ministério do Esporte, para o exercício de 2003, passou a apresentar os seguintes valores, discriminados por Grupos de Despesa:

R\$ 1,00

UNIDADE	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTO	TOTAL
51.000	8.811.570	118.716.522	252.700.940	380.229.032

Fonte: SIAFI

Do valor total consignado - R\$ 380.229.032,00 (trezentos e oitenta milhões, duzentos e vinte e nove mil e trinta e dois reais), as emendas individuais e coletivas apresentadas montam a quantia de R\$ 212.969.940,00 (duzentos e doze milhões, novecentos e sessenta e nove mil, novecentos e quarenta reais), ou seja, cerca de 56% do orçamento aprovado. Outra Unidade Orçamentária a cargo deste Órgão é a 73.109 – Recursos sob a Supervisão do Ministério do Esporte - destinada à transferência aos Estados e ao Distrito Federal da parcela de 1,5% das Receitas de Contribuição de Concursos de Prognósticos, conforme estabelece o §2.º do Art. 6º da Lei n.º 9.615/98. A dotação final dessa Unidade, considerando os créditos adicionais abertos durante o ano, foi de R\$ 35.005.018,00 (trinta e cinco milhões, cinco mil e dezoito reais), valor integralmente repassado às Secretarias Estaduais de Esporte, sem qualquer ingerência do Ministério do Esporte.

A partir da publicação do Decreto n.º 4.591/2003, e alterações, fixaram-se os limites para movimentação e empenho no montante de R\$ 180.521.000,00 (cento e oitenta milhões, quinhentos e vinte e um mil reais), conforme discriminado, representando cerca de 48% das despesas discricionárias autorizadas na LOA.

R\$ 1,00

AÇÃO	LIMITES AUTORIZADOS
ATIVIDADE	42.232.000
ATIVIDADE (ANEXO II)	4.000.000
PROJETO	134.289.000
TOTAL	180.521.000

Fonte: Decreto nº 4.591

Os valores autorizados para Atividade referem-se aos recursos para empenho do Convênio celebrado com a PETROBRÁS, visando o desenvolvimento da ação “Pintando a Cidadania”. Este valor foi agregado ao orçamento por meio de abertura de crédito adicional na ação Funcionamento de Núcleos de Esporte em Comunidades Carentes.

Dos limites orçamentários disponibilizados no decorrer do ano, R\$ 105.389.000,00 (cento e cinco milhões, trezentos e oitenta e nove mil reais) foram destinados ao atendimento das emendas parlamentares, voltadas especificamente à implementação de infra-estrutura esportiva, tais como, construção de quadras e ginásios poliesportivos, nas mais diversas localidades do país. Quantos aos limites financeiros estabelecidos para pagamentos de despesas do orçamento 2003, bem como Restos a Pagar de 2002, pelo Decreto n.º 4.591, foram liberados R\$ 175.569.000,00 (cento e setenta e cinco milhões, quinhentos e sessenta e nove mil reais), nas fontes 100 (recursos ordinários) e 118 (concursos de prognósticos), respectivamente. Em relação às despesas discricionárias, ou seja, sujeitas ao contingenciamento orçamentário, a execução do exercício de 2003, considerando-se os empenhos

emitidos e as descentralizações efetuadas, foi de R\$ 171.192.417,00 (cento e setenta e um milhões, cento e noventa e dois mil, quatrocentos e dezessete reais):

R\$ 1,00

AÇÃO	LIMITES AUTORIZADOS	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	SALDO DE LIMITE
ATIVIDADES	42.232.000	42.013.694	218.306
ATIVIDADES (ANEXO II)	4.000.000	0	4.000.000
PROJETOS	134.289.000	129.178.723	5.110.277
TOTAL	180.521.000	171.192.417	9.328.583

Fonte: SIAFI

Além da execução demonstrada, cumpre destacar as parcerias firmadas com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação FNDE e o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome – MESA, entidades que descentralizaram recursos de seus respectivos orçamentos, no montante de R\$ 16.199.952,00 (dezesseis milhões, cento e noventa e nove mil, novecentos e cinquenta e dois reais), a fim de complementar recursos no desenvolvimento das ações finalísticas do Ministério do Esporte.

Do total dos recursos disponibilizados, o Ministério do Esporte executou a quantia de R\$ 16.136.304,00 (dezesseis milhões, cento e trinta e seis mil, trezentos e quatro reais) no reforço alimentar previsto nas atividades de desenvolvimento esportivo. Quanto às despesas de Pessoal e Encargos Sociais, os valores empenhados e liquidados perfizeram a quantia de R\$ 8.629.836,00 (oito milhões, seiscentos e vinte e nove mil, oitocentos e trinta e seis reais). Ressalte-se que o Ministério do Esporte procedeu à inscrição em Restos a Pagar no valor de R\$ 67.336.298,00 (sessenta e sete milhões, trezentos e trinta e seis mil, duzentos e noventa e oito reais). Foram excluídas da tabela a seguir as despesas efetuadas com Pessoal e Encargos Sociais, Transferências a Estados e ao Distrito Federal, e os recursos descentralizados pelo FNDE e MESA.

R\$ 1,00

PROGRAMAS	LOA 2003	DESCENTRALIZAÇÕES E EMPENHOS
REINSERÇÃO SOCIAL DO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI	800.000	654.293
ESPORTE SOLIDÁRIO	262.741.719	123.058.824
BRASIL POTÊNCIA ESPORTIVA	33.006.000	8.058.286
GESTÃO DAS POLÍTICAS DE ESPORTE	3.775.000	737.417
REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	10.227.000	9.445.899
GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	21.000	0
APOIO ADMINISTRATIVO	11.097.100	10.402.944
VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO	932.622	744.147
ESPORTE NA ESCOLA	48.817.021	18.090.607
TOTAL	371.417.462	171.192.417

Fonte: SIAFI

Projeto Pintando a Liberdade

O Projeto *Pintando a Liberdade* foi mantido em 2003, englobando Ações específicas em dois diferentes Programas: o *Reestruturação do Sistema Penitenciário* – que trata da produção de material esportivo por detentos e o *Reinserção Social do Adolescente em Conflito com a Lei* – em que o menor infrator, também, produz itens esportivos, atendendo um dos principais enfoques do governo atual, o de inclusão social.

Conforme a Lei Orçamentária Anual – LOA, foram disponibilizados para o Programa Reestruturação do Sistema Penitenciário – Ação Produção de Material Esportivo por Detentos – recursos da ordem de R\$ 10.227.000,00. Desta verba foi gasto o valor de R\$ 9.445.899,00, sendo que no mesmo exercício também foi empenhado o valor de R\$ 816.958,12, relativo aos convênios firmados com a Gerência de Estado de Justiça e Cidadania do Maranhão e com a Secretaria Executiva de Esporte e Lazer do Pará – que não chegaram a ser pagos em função do contingenciamento e estão inscritos em Restos a Pagar. Já para o Programa *Reinserção Social do Adolescente em Conflito com a Lei* – Ação Produção de Material Esportivo por Menores Infratores, foram liberados R\$ 800.000,00, tendo sido paga a importância de R\$ 654.293,39, restando o valor de R\$ 145.706,61, também contingenciado.

R\$ 1,00

PROGRAMA/AÇÃO	LEI + CRÉDITOS	LIMITE ORÇAMENTÁRIO	EMPENHADO	PAGO
0661/5448	R\$ 10.227.000	R\$ 9.445.899	R\$ 9.445.899	R\$ 8.628.941
0152/7991	R\$ 800.000	R\$ 654.293	R\$ 654.293	R\$ 654.293

Fonte: SIAFI

No Anexo de Metas e Prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias – Lei nº10.524/2002, foi prevista para o Programa *Reestruturação do Sistema Penitenciário* a produção de 1.248.000 itens de materiais esportivos; entretanto, devido à escassez de recursos e à variação do dólar no período, foram produzidos 775.000 itens – suficientes para atender a quase sete milhões de usuários de material esportivo – propiciando a geração de emprego direto para 12.700 internos, o que representa, aproximadamente, 8,5 % da população carcerária brasileira.

O *Pintando a Liberdade* promoveu transformações em várias penitenciárias brasileiras, geralmente marcadas pela ociosidade, rebeliões e planos de fuga. De acordo com os Fundos Penitenciários do Estado do Paraná e do Distrito Federal o índice de reincidência carcerária que, tradicionalmente variava entre 60% e 90%, caiu para 30%. Os benefícios deste Projeto são inestimáveis, principalmente pelo fato de propiciar à população carcerária incentivo para sua recuperação e reinserção na sociedade, podendo viver com dignidade e cidadania no exercício de uma nova qualificação profissional. Os méritos atingem de forma efetiva o Governo Federal que agrega à sua imagem o valor positivo alavancado com as referidas ações, além de reduzir significativamente as despesas públicas com a população carcerária devido à abreviação da pena dos infratores que participam dos programas (reduz-se um dia da pena para cada três dias trabalhados).

No Anexo de Metas e Prioridades da LDO foi prevista para o Programa *Reinserção Social do Adolescente em Conflito com a Lei – Ação Reinserção Social do Adolescente em Conflito com a Lei* – a meta de produção de 40.000 itens de materiais esportivos, porém a produção atingiu 75.000 itens, superando a meta mencionada em 87,5%, material suficiente para atender 55.000 pessoas envolvidas nos Programas e Projetos Sociais por meio do esporte, proporcionando a geração de emprego direto para 800 adolescentes em conflito com a Lei, no sistema de liberdade assistida. A superação da meta de produção deve-se, principalmente, ao convênio firmado com a Fundação de Apoio ao Menor de Feira de Santana / BA, entidade privada, sem fins lucrativos (ONG), que mantém a guarda de adolescentes enviados pelo Juizado de Menores da cidade e região. Por estar a referida ONG, na época, desobrigada de realizar processo licitatório, foi facilitada a aquisição de insumos diretamente dos fabricantes, resultando em maior agilidade e menores custos. É importante salientar que esta Ação, criada em 2003, faz parte das iniciativas implementadas pelo Governo Federal com vistas a reduzir as desigualdades regionais e será objeto de atenção ainda maior em 2004.

MATERIAL PRODUZIDO (UNIDADE) / ESTADO	ITENS LIBERADOS	INDIVÍDUOS ASSISTIDOS	LIBERAÇÕES REALIZADAS	ENTIDADES BENEFICIADAS
TOTAIS 850.000	468.341	3.933.436	7.256	6.930
1. ACRE	17.774	266.555	65	62
2. ALAGOAS	2.666	52.340	116	116
3. AMAPA	1.070	21.160	82	82
4. AMAZONAS	7.002	129.580	312	308
5. BAHIA	80.846	507.300	960	953
6. CEARA	8.881	169.880	430	407
7. DISTRITO FEDERAL	49.339	165.064	239	182
8. ESPÍRITO SANTO	700	14.000	17	17
9. EXTERIOR	2.761	54.980	132	117
10. GOIÁS	18.494	286.620	537	392
11. MARANHÃO	2.599	11.100	24	24
12. MATO GROSSO	18.308	200.181	442	420
13. MATO GROSSO DO SUL	29.155	184.020	415	410
14. MINAS GERAIS	45.854	252.120	418	410
15. PARA	21.541	174.880	482	481
16. PARAÍBA	7.763	154.810	351	350
17. PARANÁ	11.230	79.454	77	75
18. PERNAMBUCO	20.972	91.300	202	201
19. PIAUÍ	2.935	51.655	199	195
20. RIO DE JANEIRO	35.222	271.201	190	185
21. RIO GRANDE DO NORTE	3.603	12.360	23	23
22. RIO GRANDE DO SUL	23.034	149.740	353	345
23. RONDÔNIA	10.154	143.391	326	321
24. RORAIMA	3.001	55.980	64	64
25. SANTA CATARINA	13.665	70.720	119	117
26. SÃO PAULO	19.143	168.850	324	318
27. SERGIPE	7.239	126.955	248	247
28. TOCANTINS	3.390	67.240	109	108

Fonte: Coordenação do Projeto Pintando a Liberdade

No geral, os 850.000 itens produzidos seriam suficientes para atender potencialmente cerca de 7.000.000 de pessoas por meio do esporte. Durante o exercício de 2003 foram liberados 468.361 itens de material esportivo para os Programas e Ações desenvolvidos em parceria com entidades estaduais, municipais e filantrópicas, objetivando promover a inclusão social de crianças, jovens e adultos por meio da prática esportiva. O material

distribuído beneficiou 3.933.436 indivíduos de comunidades carentes onde se concentram áreas de violência urbana e risco social, bem como portadores de necessidades especiais, escolas públicas e ONG's.

Esporte na Escola

O Programa sofreu significativas alterações, em consonância com as prioridades do atual Governo, passando a atender, de forma muito mais abrangente, os alunos matriculados no ensino público fundamental. Seu objetivo ficou consignado como: “democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte como instrumento educacional, visando o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, como meio de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida”. Pela descrição deste objetivo, pode-se perceber que se trata de uma abordagem do esporte que supera a perspectiva mais comum do estímulo à formação de atletas para esportes competitivos. A preocupação do Esporte na Escola pode ser entendida no sentido de contribuir com a formação integral dos beneficiados, por meio de projetos relacionados à prática esportiva. Neste sentido, o esporte é caracterizado como toda forma de atividade física que contribua para a aptidão física, bem-estar mental, interação social e exercício da cidadania. Consequentemente, passa a incluir atividades de lazer, recreação, práticas esportivas organizadas ou não, esportes competitivos e jogos ou práticas corporais da cultura brasileira.

A expansão deste projeto está centrada na formação de parcerias com Estados, Municípios, clubes sociais, entidades do Sistema “S”, Forças Armadas, outras entidades da iniciativa privada e organismos internacionais e não-governamentais, por meio das quais sejam formados núcleos para o atendimento de alunos matriculados nos estabelecimentos públicos de ensino fundamental. É importante frisar que em 2003 foi emitida Portaria Conjunta MEC/ME, que ensejou a ampliação das atividades do Programa, incluindo o contra-turno escolar para o desenvolvimento de atividades esportivas monitoradas, acompanhadas de reforço alimentar e de atividades de caráter educativo mais geral. Seu objetivo é de caráter extracurricular, visando reduzir a marginalização de crianças e adolescentes.

ESPORTE NA ESCOLA – DADOS FÍSICOS E FINANCEIROS

R\$ 1,00

AÇÃO	LEI +	LIMITE	EXECUÇÃO		META/PRODUTO			
	CREDITOS	DECRETO	EMPENHADO	REALIZADO	PRODUTO	Lei	Meta Revista	Realizado
5069	12.961.221	3.179.437	3.085.747	2.076.077	ESCOLAS ATENDIDAS	278	278	22
4377	20.557.800	13.343.480	13.192.280	3.899.115	ALUNOS BENEFICIADOS	90.000	500.000	365.550
5077	6.498.000	700.184	700.184	700.184	EVENTOS REALIZADOS	2	1	1
5073	4.500.000	372.587	372.587	-	PESSOAS CAPACITADAS	25.700	11.000	960
5075	2.000.000	-	-	-	EXEMPLARES DISTRIBUÍDOS	250.000	-	-
4641	1.500.000	740.000	739.809	739.809	-	-	-	-
3985	800.000	-	-	-	CONCURSOS REALIZADOS	2	-	-
TOTAL	48.817.021	18.335.688	18.090.607	7.415.185	-	-	-	-

Fonte: SIAFI e SIGPLAN

O trabalho é organizado e otimizado por profissionais de Educação Física, com orientação didático-pedagógica em temas referentes ao esporte, explicitados no Projeto Pedagógico das Escolas, que em 2003 foi direcionado aos conhecimentos específicos da área na qual os professores e estagiários irão atuar. Deve, também, contemplar bolsa-monitor (20 horas semanais), reforço alimentar para as crianças e jovens que participam das atividades oferecidas, carga horária para o professor coordenador de, no mínimo, 10 horas semanais e material esportivo enviado pelo Projeto “Pintando a Liberdade”.

Funcionamento de Núcleos de Esporte em Escolas

Por meio da ampliação desta ação, o Governo Federal e o Ministério do Esporte demonstram ter um compromisso social maior do que o de difundir o esporte escolar e descobrir novos talentos, na medida que a ação oferece segurança alimentar, reduz a vulnerabilidade social das crianças e adolescentes, visa à inserção social e fortalece a cidadania ao aumentar o tempo nas escolas dos alunos matriculados na rede pública, além de contribuir para quebrar as barreiras sociais e discriminatórias existentes nas várias camadas sociais, de forma a criar condições para que essas crianças e adolescentes possam crescer como cidadãos criativos e participativos do processo social.

No ano de 2003 esta ação, vista como a principal, encerrou suas atividades com a implantação de 1.427 núcleos, dando atendimento a 365.550 alunos, sendo que cerca de 1.500.000 alunos foram beneficiados direta e indiretamente com esta ação no País - quantitativo aproximado da soma do total de alunos matriculados no ensino

fundamental das escolas selecionadas como núcleos do Programa, que se encontram em processo de execução, recebendo o orçamento referente à bolsa estagiário, reforço alimentar e material esportivo do Projeto Pintando a Liberdade e capacitação presencial para professores e estagiários.

Dos 26 Estados da Federação e Distrito Federal, 23 estados e 40 municípios foram contemplados mediante 52 convênios assinados e executados nesta rubrica, obtendo uma abrangência territorial significativa. Observa-se uma maior concentração de núcleos implantados em Minas Gerais e Ceará, e de crianças e jovens atendidos em São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Ceará. É importante salientar que as metas físicas estabelecidas inicialmente no PPA 2000-2003 (90.000 alunos beneficiados) foram extrapoladas devido a um redimensionamento de público-alvo e metas do Programa para o novo Governo. Além do mais, doze convênios iniciados em 2002 tiveram sua vigência prorrogada em 2003, possibilitando a continuidade do trabalho em 1.360 escolas públicas da rede estadual, beneficiando cerca de 1.308.300 alunos do ensino fundamental, o que corresponde a 84% das escolas e alunos beneficiados em 2002.

Na ação referente ao funcionamento de núcleos de esporte, contou-se com termo de cooperação estabelecido com o Ministério da Educação – MEC – por intermédio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE – (repasso de R\$ 1.199.016,00) e com o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar – MESA – (repasso de R\$ 2.077.569,00) que investiram no reforço alimentar para crianças e jovens participantes das atividades oferecidas pelo Programa, o que resultou no investimento total de R\$ 16.136.304,00 nesta ação do Programa Esporte na Escola, quando consideradas as parcerias.

Por meio desta ação o Programa Esporte na Escola também implantou núcleos do Projeto Navegar, como uma iniciativa específica que, aproveitando o litoral brasileiro de mais de 8 mil quilômetros de extensão e inúmeras bacias hidrográficas, visa fomentar e possibilitar vivências de práticas esportivas náuticas, por meio do remo, da vela e da canoagem, objetivando contribuir para a formação da cidadania e inclusão social no esporte e no processo de formação do caráter do indivíduo. No ano de 2003 este projeto atendeu 11 municípios distribuídos em 09 estados da Federação (Amazonas, Goiás, Minas Gerais, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo) beneficiando em torno de 2.700 jovens na faixa etária dos 12 aos 15 anos.

Implantação de Infra-Estrutura Esportiva em Escolas

A política atual do Ministério priorizou a utilização de espaços físicos já existentes e que se encontravam ociosos de escolas que já possuíssem infra-estrutura esportiva, bem como parcerias com outros setores que pudessem disponibilizar seus espaços físicos para uso da comunidade escolar. Fato que justifica a execução física reduzida de 22 espaços esportivos construídos ou em construção, como execução física desta ação em 2003, beneficiando cerca de 9.400 alunos das escolas contempladas (Fonte: Relatório da Caixa Econômica Federal).

Publicidade de Utilidade Pública

Esta ação permitiu o conhecimento específico do Programa pela comunidade em geral, envolvendo conteúdo, propostas, formas, utilização e critérios de adesão, que constituem algumas das informações úteis para o público-alvo a serem divulgados pela campanha publicitária. No ano de 2003, em virtude da reestruturação do Programa Esporte na Escola – transformado no Projeto Segundo Tempo (Programa Segundo Tempo a partir de 2004) – houve a necessidade de nova divulgação, que se deu por meio de stands, participação em eventos da área, confecção e distribuição de folders explicativos, cartazes e banners. Foram também impressas e distribuídas cartilhas pedagógicas relacionados ao Segundo Tempo para o público específico dos núcleos de esporte. Realizou-se, ainda, solenidade oficial de lançamento do Segundo Tempo no Palácio do Planalto, que reuniu autoridades, personalidades reconhecidas nacionalmente, parceiros do Programa e entidades envolvidas no processo de democratização do esporte no país.

Capacitação de Recursos Humanos em Esporte Escolar

Esta ação qualificou e orientou professores, segundo as realidades em que atuam, para que possam adquirir condições de refletir sobre sua prática e sobre os diferentes interesses e necessidades das crianças e adolescentes, discutindo e implementando metodologias esportivas educacionais. Esta ação pretende levar aos professores e estagiários de educação física as condições de aprimoramento e aperfeiçoamento do conhecimento específico, a ser utilizado no trabalho dos Núcleos de Esporte. Para isso o Ministério do Esporte firmou contrato

com a Fundação Universidade de Brasília – FUB/UNB – com o objetivo de desenvolver a capacitação continuada, modular e semipresencial, a ser efetivada de fevereiro/2004 a fevereiro/2005. Esta capacitação composta de 06 módulos de 60h/cada, totaliza uma carga horária de 360h de curso para os professores que atuam nos núcleos de esporte do Segundo Tempo e adquirem o grau de Especialista em Esporte Educacional, reconhecido pela UNB e, conseqüentemente, pelo MEC.

Promoção de Eventos Esportivos na Escola

No último exercício, também foi desenvolvida esta ação, que apresentou o projeto dos “Jogos Escolares Brasileiros”, que contaria inicialmente com cinco etapas regionais e uma etapa nacional, como a mais importante ação no contexto de Promoção de Eventos Esportivos. Devido às restrições orçamentárias realizou-se somente uma etapa nacional, em Brasília, no período de 28 de novembro a 07 de dezembro de 2003, em parceria com o Comitê Olímpico Brasileiro – COB (que investiu R\$ 2.100.000,00) e com a Petrobrás (que investiu R\$ 1.500.000,00). O evento beneficiou cerca de 3.000 alunos matriculados na rede pública e privada dos 26 estados da Federação e do Distrito Federal, além de contribuir para o processo de inclusão social, uma vez que contou com a participação de Portadores de Necessidades Especiais (PPD's) nas modalidades de atletismo e basquete. Cabe destacar que os Jogos Escolares Brasileiros vieram substituir a “Olimpíada Colegial”, substituindo o caráter fortemente competitivo pelo aspecto de desenvolvimento pessoal e congraçamento.

Mesmo o Programa tendo sofrido diversas mudanças, sua execução se deu sob a rubrica do *Esporte na Escola*, porque correspondia ao plano de governo anterior, cujas metas e prioridades foram inseridas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e conseqüentemente na Lei Orçamentária Anual. A partir de 2004, essas modificações deverão se acentuar e o Programa passará a ser efetivamente inscrito como Segundo Tempo. É importante ressaltar que as metas avaliadas não foram redimensionadas em função dos recursos realmente liberados, ou seja, a meta programada considerava o valor total da LOA/2003, enquanto as metas atingidas foram resultantes dos valores efetivamente liberados para o Programa. A partir de 2003 o Programa passou a trabalhar com “alunos atendidos”, computando o total de alunos envolvidos nas atividades dos núcleos, diferentemente dos anos anteriores onde “aluno beneficiado” significava o total de alunos matriculados no ensino fundamental das escolas selecionadas como núcleo.

PROJETO SEGUNDO TEMPO (PROGRAMAS ESPORTE NA ESCOLA E ESPORTE SOLIDÁRIO)

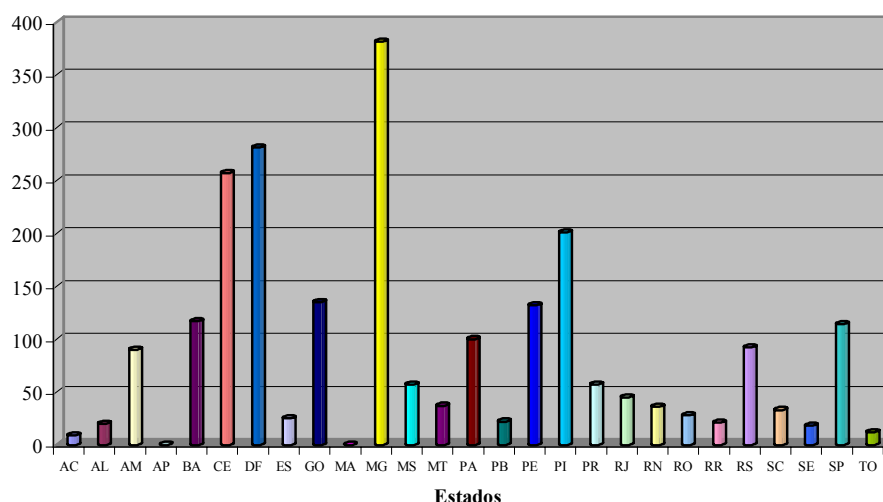
UF	MUNICÍPIOS	NÚCLEOS	ALUNOS	PROFESSORES CAPACITADOS	R\$
AC	1	9	1.800	27	57.456,00
AL	1	20	4.000	-	165.120,00
AM	1	90	17.960	267	611.016,00
AP	0	0	0	-	0
BA	5	117	33.890	-	4.763.406,00
CE	2	257	49.280	288	1.638.565,00
DF	1	281	54.000	-	847.215,00
ES	1	25	5.000	-	1.676.750,00
GO	19	135	27.540	378	669.334,00
MA	0	0	0	-	0
MG	11	381	64.830	-	4.573.076,00
MS	1	57	11.300	-	507.483,00
MT	1	37	4.200	-	386.655,00
PA	1	100	20.000	-	976.164,00
PB	1	22	4.400	-	124.320,00
PE	4	132	25.220	-	2.666.263,00
PI	2	201	22.160	-	1.431.060,00
PR	4	57	11.310	-	623.427,00
RJ	1	45	12.700	-	2.623.351,00
RN	1	36	7.200	-	191.040,00
RO	1	28	5.600	-	231.168,00
RR	1	21	4.200	-	173.376,00
RS	5	92	18.130	-	1.610.919,00
SC	1	33	6.560	-	576.283,00
SE	1	18	3.600	-	148.608,00
SP	7	114	103.518	-	5.013.876,00
TO	1	12	2.400	-	69.120,00
SUB-TOTAL	75	2320	520.798	960	32.355.051,00
AÇÕES COM IMPLANTAÇÃO E ABRANGENCIA NACIONAL*					12.498.327,00
TOTAL					44.853.376,00

Fonte: Secretaria Nacional de Esporte Educacional

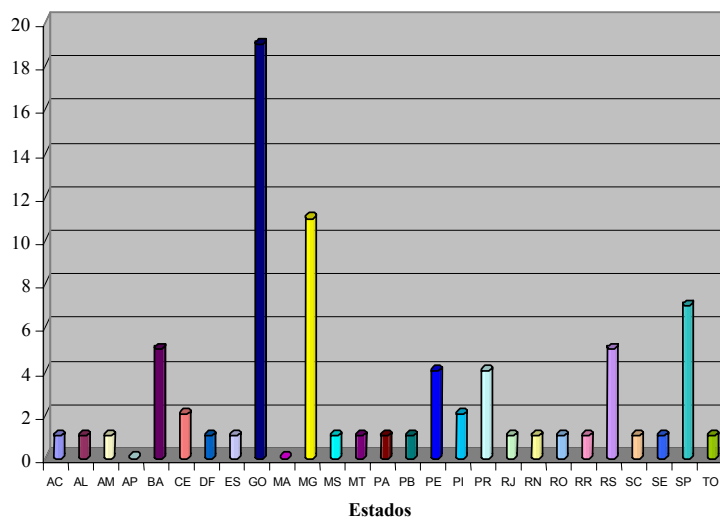
O Projeto Segundo Tempo assinou ainda 29 convênios, que contemplaram 14 estados brasileiros, com investimento de R\$ 11.934.926,00, executados no orçamento do Programa – Esporte Solidário – Ação – Funcionamento de Núcleos de Esporte em Comunidades Carentes – para implantação de outros 893 núcleos, em atendimento a 155.248 alunos. Do valor total investido (R\$ 23.486.184,00), R\$ 11. 551.258,00 correspondem a recursos repassados pelo MESA, que também nesse caso foi parceiro para a efetivação do reforço alimentar, considerado essencial e fundamental para a implantação de um núcleo de esporte que funciona no contra-turno escolar.

Pode-se concluir que o Projeto Segundo Tempo obteve êxito, a despeito das dificuldades decorrentes do contingenciamento de recursos. Com uma execução orçamentária de R\$ 39.955.049,00 nas ações referentes ao funcionamento de núcleos de esporte, foram atendidos cerca de 520 mil crianças e adolescentes, distribuídos nas capitais e alguns municípios de 25 estados do país. Além disso, é necessário ressaltar a importância das parcerias estabelecidas com o MESA (mais de treze milhões de reais) e o MEC/FNDE (cerca de um milhão e duzentos mil reais), visto que, somente em 2003, os recursos repassados por estas duas entidades significaram 36,65% do total empenhado para realização das ações voltadas ao funcionamento de Núcleos do Projeto Segundo Tempo.

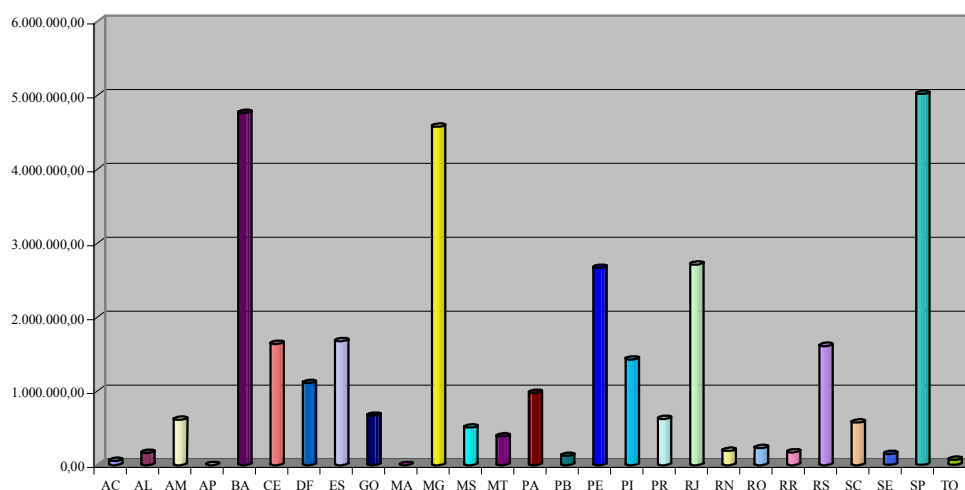
PROJETO SEGUNDO TEMPO - 2003
NÚCLEOS DE ESPORTE IMPLANTADOS



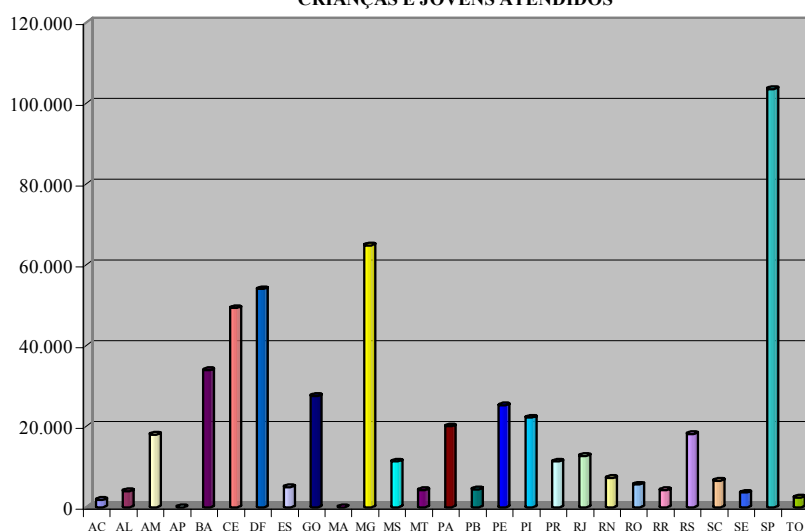
PROJETO SEGUNDO TEMPO 2003
MUNICÍPIOS BENEFICIADOS



EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA SEGUNDO TEMPO



PROJETO SEGUNDO TEMPO 2003 CRIANÇAS E JOVENS ATENDIDOS



Brasil Potência Esportiva

Dentro das diretrizes do governo federal, o Programa Brasil Potência Esportiva teve como objetivo melhorar o desempenho dos atletas de alto rendimento brasileiro em competições nacionais e internacionais e promover a imagem do País no exterior. Durante 2003, foi intensificado o contato com as entidades organizadoras do esporte brasileiro; Comitê Olímpico Brasileiro, Confederações, Federações e Ligas mantiveram constante contato com o Ministério do Esporte e isto possibilitou detectar os principais problemas e traçar, juntos, planos de ação para solucioná-los. Os Gestores Estaduais tiveram participação intensa neste ano e a otimização das ações conjuntas, a racionalização dos recursos e o desenvolvimento de projetos em parceria foram temas em todos os encontros realizados.

Na Ação Participação de Delegação Brasileira em Competições Nacionais e Internacionais de Rendimento – foram apoiadas nove Entidades Nacionais de Administração do Desporto, tendo sido aplicados 1,4 milhões de reais para viabilizar a participação de delegações em 4 Campeonatos Mundiais, 1 Copa do Mundo, 1 Meeting Internacional, 1 Circuito Brasileiro e 1 Torneio e na Ação Participação de Delegação Brasileira em Competições Nacionais e Internacionais para Pessoas Portadoras de Deficiência – foram apoiadas oito Entidades Nacionais de Administração do Desporto para PPD, aplicando-se 1,1 milhão de reais para viabilizar a participação em 2 Campeonatos Mundiais, 2 Jogos Mundiais, 3 Jogos Pan Americanos, 1 Copa Mundial, 1 Campeonato Europeu

Aberto, entre outros nacionais. Cabe destacar que, nos dois casos, já se trabalha na perspectiva da preparação das equipes nacionais para os Jogos Pan e Parapan Americanos em 2007 no Rio de Janeiro.

Em sintonia com uma proposta de planejamento da carreira do atleta, o trabalho foi iniciado com a avaliação de diversas competições procurando, cientificamente, detectar, desde cedo, talentos esportivos. Utilizando tecnologia de ponta, a Rede Cenesp contribuiu para que os atletas atingissem os pontos mais altos no pódio. A atualização e capacitação de técnicos foi outra vertente de atuação da rede, tendo sido realizados cursos, seminários e fóruns por todo o país. Assim na Ação Avaliação de Atletas de Rendimento, foram repassados cerca de 222 mil reais e na Ação Capacitação de Recursos Humanos em Esporte de Rendimento – foram investidos 111 mil reais, capacitando e atualizando cerca de 500 profissionais.

Os Jogos Pan-Americanos de Santo Domingo, República Dominicana, em 2003, tornaram-se um marco na história do esporte brasileiro, não só pelo recorde de medalhas conquistadas pelo Brasil – foram 122 vitórias contra as 101 alcançadas quatro anos antes nos Jogos de Winnipeg/Canadá – como também pela grande mobilização da mídia nacional e do povo brasileiro em torno dos nossos atletas. Destaque-se que, também em 2003 a atleta brasileira Daiane dos Santos comprovou a raça e competência da mulher brasileira no esporte ao conquistar o campeonato Mundial de Ginástica, tanto que a Federação Internacional de Ginástica reconheceu o salto criado por ela, nomeando-o “Dos Santos”, com grau de dificuldade máxima no código de pontuação da modalidade. O País orgulhou-se, ainda, dos títulos obtidos pelo Vôlei masculino: tricampeão mundial adulto e hexa-campeão mundial juvenil.

O esporte está, hoje, inserido no contexto mundial de livre iniciativa, conjugado com a crescente atividade financeira viável do desporto de alto rendimento, que requer atividades de natureza empresarial. O Brasil, neste aspecto, é um país parceiro dessa iniciativa. Cada nova modalidade esportiva que se desenvolve, impulsiona o mercado de trabalho, ativa a indústria e o marketing, gerando novas profissões e oportunidades de negócios no setor e, por consequência, abrindo espaço para a inclusão social.

Cabe ressaltar que o programa, neste exercício de 2003, foi fortemente impactado pelo contingenciamento dos recursos determinado pelo Decreto nº 4.591, podendo-se afirmar que o orçamento 2003 não foi compatível com a demanda estimada pelas entidades esportivas nacionais e sua execução foi prejudicada, ficando aquém da realidade proposta na lei de orçamento para o Programa Brasil Potência Esportiva. Hoje essas entidades (principalmente as não olímpicas) têm assumido um passivo alto em seus balanços, em função da falta de apoio do setor privado e público, em face das restrições provocadas pela crise econômico-financeira por que passou nosso país.

A despeito de todas as dificuldades, não há dúvidas que o esporte brasileiro tem evoluído e muito. A tendência é de subir ao pódio cada vez mais. As modalidades como o voleibol, atletismo, natação, handebol, ginástica etc, contam hoje com uma estrutura altamente profissional que procura evitar o êxodo dos atletas de elite para o exterior.

Participação de Delegação Brasileira em Competições Nacionais e Internacionais do Esporte de Alto Rendimento

Dados Físicos e Financeiros				RS 1,00			
LEI	LIMITE	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA		META/PRODUTO			
ORÇAMENTÁRIA	DECRETO	Empenhado	Realizado	Produto	Lei	Realizado	% Realização
8.138.000	2.898.606	2.880.534	2.880.534	Delegações Apoiadas	28	11	39,29

Fonte: SIAFI e SIGPLAN

O Ministério do Esporte – ME – por intermédio do programa Brasil Potência Esportiva e em parceria com o Comitê Olímpico Brasileiro – COB – apoiou, em 2003, a participação dos atletas brasileiros nos XXII Jogos Universitários Mundiais - “UNIVERSÍADE”, realizados no período de 20 a 30 de agosto de 2003, na cidade de Daegu na Coréia, ocasião em que o Brasil conquistou o maior número de medalhas da história de sua participação, nesse que é o segundo maior evento multi-esportivo do mundo, congregando mais de 11.000 (onze mil) pessoas entre atletas, dirigentes, árbitros e oficiais de apoio, oriundos dos mais de 120 países.

O Brasil tem participado desse evento, realizado a cada dois anos, com os alunos/atletas das diversas universidades brasileiras, sob a responsabilidade da Confederação Brasileira do Desporto Universitário – CBDU – entidade responsável pelo desenvolvimento do desporto universitário no Brasil, vinculada ao COB. A entidade participou em todas as 22 edições desses Jogos, tendo conseguido altas distinções e classificações

significativas, como é o exemplo da medalha de ouro de Anselmo Gomes da Silva nos 110m com barreiras, dentre outras, mesmo assim o apoio à participação têm estado restrito aos órgãos oficiais, já que a iniciativa privada raramente tem apoiado eventos dessa natureza.

Outra importante ação de apoio do ME/SNEAR foi a participação do Brasil no Campeonato Mundial de Ginástica Rítmica Desportiva, realizado em Budapeste/Hungria, onde a equipe brasileira conseguiu classificação para as olimpíadas de Atenas/2004. Dentre outros exemplos do alto nível das competições, pode-se destacar Diego Hypólito, com 4 medalhas de ouro, 1 de prata e 2 de bronze, e que, logo após, embarcou para a Alemanha para disputar a Copa do Mundo de Ginástica Artística, assim como as ginastas Nicolle Muller e Ana Paula Stheffer, que foram convidadas a integrar o grupo que está treinando para as Olimpíadas de Atenas 2004.

Outros eventos nos esportes coletivos, tais como, a campeonato Sul-Americano sub-18, integram o Calendário Desportivo das federações e confederações das modalidades envolvidas, assim como o Calendário Esportivo Nacional do Ministério do Esporte, cuja realização propiciará aos técnicos e atletas o desenvolvimento necessário às disputas nacionais e internacionais, de acordo com as diretrizes traçadas pelo Governo Federal, por intermédio do Ministério do Esporte, considerando os objetivos de melhorar o desempenho do atleta de rendimento brasileiro em competições nacionais e internacionais.

Como continuidade e parte desse processo foram realizados os VII Jogos da Juventude, em Brasília/DF, no período de 13 a 23 de novembro. Os Jogos da Juventude vêm se firmando, a cada ano, como grande evento revelador de talentos. Dessa maneira, cumprem plenamente o objetivo para o qual foram criados, de alimentar as seleções brasileiras que representam o país no exterior, fato que se revela ainda mais importante com a perspectiva dos Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro. Estão sendo forjados agora, os campeões de 2007. Além disso, por ser o único evento esportivo de alto rendimento de jovens que congrega delegações de todos os estados brasileiros, também enseja o intercâmbio entre atletas, técnicos e dirigentes, colaborando no desenvolvimento das modalidades olímpicas no país. Este ano, além do Distrito Federal, que sediou o evento, todos os 26 estados brasileiros estiveram representados, somando aproximadamente 3.000 atletas e em torno de 500 pessoas entre dirigentes, técnicos e comissão organizadora.

Foram investidos na realização dos Jogos da Juventude um total de R\$ 4.400.000,00 (quatro milhões e quatrocentos mil reais), sendo R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) repassados do orçamento do Ministério do Esporte, mediante convênio firmado com o COB – conforme a Sistemática de Formalização de Convênios na Administração Direta, do Ministério do Esporte (Portaria/ME nº 148, de 05 de junho de 2002 e Portaria/ME nº 20, de 15 de fevereiro de 2002) – e R\$ 2.900.000,00 (dois milhões e novecentos mil reais) em recursos transferidos pelo COB, como contrapartida.

Foi possível, assim, atender um total de 11(onze) Entidades Nacionais de Administração do Esporte, com participação em 11 (onze) eventos esportivos, beneficiando 647 atletas e 138 dirigentes e pessoal de "staff" (técnicos, médicos, fisioterapeutas, preparadores físicos, delegados, chefes de delegação, pessoal de apoio, comitê organizador e presidentes de entidades) em competições internacionais realizadas em diversos países e em 04 competições realizadas no Brasil, tais como: Campeonatos Mundiais GRD – vôo livre, fisiculturismo, takraw e lutas associadas; Copa do Mundo de hóquei in line; UNIVERSÍADE; Torneio de tênis "Banana Bowl"; Meeting Internacional de Ciclismo; e 2ª Etapa do Circuito Brasileiro de futevôlei;

Participação de delegação brasileira em competições nacionais e internacionais de rendimento para pessoas portadoras de deficiência

Dados Físicos e Financeiros

R\$ 1,00

LEI	LIMITE	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA		META/PRODUTO			
		Empenhado	Realizado	Produto	Lei	Realizado	% Realização
1.800.000	1.754.702	1.259.053	1.259.053	Delegações Apoiadas	14	11	78,57

Fonte: SIAFI e SIGPLAN

Partindo-se do pressuposto de que todas as competições que acontecem em um ano pré-paraolímpico são de extrema importância para o ranqueamento dos atletas e equipes brasileiras, com vistas à participação na próxima paraolimpíada, importantes eventos foram apoiados pelo programa no ano de 2003, com destaque para participação de delegação brasileira:

- nos Jogos Mundiais de Stoke Mandeville para Portadores de Deficiência Física, de fundamental importância para o primeiro ranqueamento de novos atletas;

- nos Jogos Mundiais da International Blind Sports Association, o mais importante meeting na área da deficiência visual, onde comparecem os mais renomados atletas do ranking dos cegos e servem para auferir os índices desses atletas, visando sua participação nas paraolimpíadas. Nessa competição, devido à escassez de recursos financeiros, a Associação Brasileira de Desportos de Cegos – ABDC, entidade responsável pela formação da delegação, não pode contar com sua força máxima. Tendo comparecido ao evento com um número diminuto de atletas, conseguiu apenas a 13ª colocação geral. Mesmo assim a maioria de seus atletas conseguiram resultados que os qualificaram para garantir suas participações nas paraolimpíadas; e

- nos II Jogos Parapanamericanos de Mar Del Plata/Argentina, para Portadores de Deficiência.

Este foi o principal evento de todos que os paraatletas brasileiros participaram, tendo em vista que era a última oportunidade que o país tinha para ampliar o número de vagas para as paraolimpíadas. Graças ao apoio financeiro do Ministério do Esporte, o Brasil compareceu ao Parapanamericano com a maior comitiva da sua história paraolímpica. Ao todo foram 183 pessoas, entre atletas, guias, técnicos, médicos, fisioterapeutas, auxiliares, apoio logístico, administrativo e de comunicação social. O Brasil chegou a esta edição dos jogos de Mar del Plata com uma equipe de 117 atletas.

O Brasil foi o vice-campeão, obtendo 165 medalhas: 81 de ouro, 53 de prata e 31 de bronze e a essa performance soma-se ao excelente desempenho dos desportistas em todas as modalidades. Esportes como adestramento e vôlei paraolímpico deixaram a primeira marca dos brasileiros em uma edição de Jogos Parapanamericanos. Os cavaleiros brasileiros fecharam sua classificação com quatro ouros e três pratas e grandes possibilidades de ir para Atenas. As seleções de voleibol, criadas há menos de seis meses, já deixaram o recado que em pouco tempo serão as melhores das Américas – a equipe masculina e feminina conquistaram a prata.

Ainda não se pode computar quantas vagas mais o País conquistou para os Jogos Paraolímpicos de Atenas, mas a o vice-campeonato nos Parapanamericanos e os resultados dos atletas em outras competições podem ajudar ao país a ter a maior delegação da sua história. Além do basquete, mais dois esportes coletivos que nunca participaram de uma Paraolimpíada garantiram vagas para Atenas - o goalball, no mês de agosto, no Mundial que aconteceu em Quebec, com apoio financeiro do Ministério do Esporte e o Futebol para Cegos, no último dia seis de dezembro, na II Copa América, realizada na Colômbia. Entre as 19 modalidades paraolímpicas que estarão participando dos Jogos de 2004, o Brasil estará sendo representado nas seguintes: atletismo, natação, futebol para cegos, tênis de mesa, futebol para paralisados cerebrais, basquete em cadeira de rodas, ciclismo, judô, goalball, e com grandes chances de se classificar no adestramento, halterofilismo, esgrima e tênis em cadeira de rodas.

Outras importantes participações, com o apoio financeiro do Ministério do Esporte, foram a de delegação brasileira no Campeonato Mundial de Futebol de Amputados, realizado em Taskent, no Uzbequistão, onde conseguiu a 3ª colocação e no Campeonato Mundial de Luta de Braço para Portadores de Deficiência Física, realizado em Sudzal na Rússia, competição onde o Brasil também conseguiu a 3ª colocação. O Brasil ainda se fez presente, com o apoio financeiro do Ministério do Esporte, nos III Jogos Pan-americanos de Surdos, realizados em Buenos Aires, na Argentina, onde a delegação brasileira conseguiu 13 medalhas individuais e 03 medalhas coletivas; nos Jogos Parapanamericanos de Boccia para Paralisados Cerebrais – 2003 – realizados em Mar Del Plata na Argentina, onde a delegação brasileira conseguiu 02 medalhas de prata e no Campeonato Europeu Aberto de Basquetebol para Portadores de Deficiência Mental, competição onde o Brasil foi defender sua hegemonia.

No que diz respeito às competições nacionais, as entidades dirigentes do esporte para portadores de deficiência no Brasil receberam aporte financeiro para realizar as seguintes competições: Copa Brasil de Futebol para Cegos – série A; Copa Brasil de Futebol para Cegos – série B; Copa Brasil de Futebol para Deficientes Visuais – classe B2/B3; Copa Brasil de Judô para Cegos e Deficientes Visuais; Copa Brasil de Natação para Cegos e Deficientes Visuais; Copa Brasil de Goalball – série A; Copa Brasil de Goalball – série B; Olimpíada da Pessoa Deficiente de 2003 – OLIMPEDE – Volta Redonda /RJ; XV Olimpíada Estadual das APAES de Santa Catarina; e XV Olimpíada Estadual das APAES do Rio Grande do Sul.

Os recursos orçamentários destinados por lei, especificamente, ao esporte para pessoas portadoras de deficiência foram contingenciados em sua quase totalidade não havendo disponibilidade para aplicação em despesas de capital, ficando o Ministério do Esporte impedido de beneficiar as entidades nacionais dirigentes do desporto, nas ações de aquisição de material permanente. Exatamente por essa forte restrição orçamentário-financeira, não houve qualquer solicitação de isenção de imposto de importação de equipamentos e materiais

esportivos, destinados ao treinamento de atletas e às competições desportivas relacionadas com a preparação das equipes brasileiras para Jogos Paraolímpicos e Parapanamericanos.

A despeito de todas as dificuldades decorrentes da falta de apoio do setor público, em face da crise econômico-financeira por que passa o Estado e que levou algumas das entidades que tratam do esporte para portadores de deficiência a assumir um passivo alto em seus balanços, não há dúvidas que o esporte brasileiro tem evoluído e muito. A tendência é de subir ao pódio cada vez mais. O esporte paraolímpico, a despeito das constantes contendas internas, conta hoje com uma estrutura altamente profissional, o que vem se evidenciando pelos resultados conseguidos nas principais competições.

O Programa Brasil Potência Esportiva atendeu um total de dezenove eventos esportivos, por meio de dez Entidades Nacionais de Administração do Esporte, beneficiando 295 (duzentos e noventa e cinco) atletas e 128 (cento e vinte e oito) dirigentes – entre técnicos, médicos, fisioterapeutas, preparadores físicos, delegados, chefes de delegação, comitê organizador e presidentes de entidades – em competições internacionais realizadas em diversos Países e, aproximadamente, 4.455 (quatro mil quatrocentos e cinquenta e cinco) atletas e 531 dirigentes em competições realizadas no Brasil: Campeonatos Mundiais; Jogos Mundiais; Jogos Pan-Americano; Jogos Parapanamericanos; Copa Mundial; Campeonato Europeu Aberto; Copas Brasil; Olimpíadas Estaduais das APAEs; e Olimpíada Estadual de Pessoas com Deficiência

Avaliação de Atletas de Rendimento

Dados Físicos e Financeiros				RS 1,00			
LEI	LIMITE	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA		META/PRODUTO			
ORÇAMENTÁRIA	DECRETO	Empenhado	Realizado	Produto	Lei	Realizado	% Realização
700.000	221.963	221.963	221.963	Atleta Avaliado	840	1438	171,19

Fonte: SIAFI e SIGPLAN

Na atualidade, qualquer projeto na área esportiva precisa da base educacional para a busca de novos talentos para o desporto de rendimento, caso contrário, estaremos torcendo pelo aparecimento esporádico de talentos individuais, que terão ainda que superar dificuldades para chegarem a elite do esporte brasileiro. Essa ação é executada pela Rede de Centros de Excelência Esportiva – CENESP – que muito tem colaborado para o desenvolvimento científico do esporte, atuando juntamente com as Universidades. Projetos como Passaporte do Atleta, em fase de implantação, permitem o acompanhamento da carreira do atleta por especialistas para a melhoria da performance nas diversas modalidades esportivas. Utilizando tecnologia de ponta, a Rede Cenesp contribui para que nossos atletas atinjam os pontos mais altos nos pódios e com essa finalidade foi efetivado um repasse de mais de duzentos e vinte mil reais para a Rede Cenesp, recursos destinados à avaliação dos atletas dos Jogos da Juventude e de atletas federados nas diversas modalidades esportivas.

Estudos e Pesquisas Científicas e Tecnológicas para o Desenvolvimento do Esporte

Dados Físicos e Financeiros				RS 1,00			
LEI	LIMITE	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA		META/PRODUTO			
ORÇAMENTÁRIA	DECRETO	Empenhado	Realizado	Produto	Lei	Realizado	% Realização
1.275.000	344.146	344.146	118.209	Estudo /Pesquisa	5	3	60,00

Fonte: SIAFI e SIGPLAN

Capacitação de Recursos Humanos em Esporte de Alto Rendimento

Dados Físicos e Financeiros				RS 1,00			
LEI	LIMITE	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA		META/PRODUTO			
ORÇAMENTÁRIA	DECRETO	Empenhado	Realizado	Produto	Lei	Realizado	% Realização
700.000	101.345	101.345	101.345	Pessoa Capacitada	340	340	100,00

Fonte: SIAFI e SIGPLAN

Esporte Solidário

O Programa Esporte Solidário (PES), programa estratégico integrante do Plano Pluri-Anual 2000 – 2003, passou por um processo de reestruturação no ano de 2003 para atender as novas diretrizes de gestão do Governo Federal. Originalmente, este Programa propunha-se a enfrentar o que era considerado no momento de sua elaboração “o principal desafio da sociedade brasileira”, isto é, “crescer economicamente com inclusão social”. Para

dar conta desse propósito, o PES definiu como população-alvo parcelas da população estratificadas em três diferentes grupos, ou seja, crianças e jovens – na faixa etária entre 07 e 17 anos de idade – idosos – a partir de 60 anos de idade – e pessoas portadoras de deficiência (PPD), sem distinção de faixa etária. A finalidade do PES – Programa Esporte Solidário era a de “garantir a esse público-alvo o acesso à prática esportiva como meio de preservação e promoção da saúde, inclusão, favorecendo a participação política e social, preparação para a inserção no mundo do trabalho, prevenção à marginalidade e à violência, em especial aos jovens”.

O PES foi constituído por quatro projetos: Projeto Esporte Solidário; Projeto Esporte Especial; Projeto Vida Ativa na Terceira Idade; Projeto de Identidade Cultural e Criação Nacional; e Projeto Navegar, implementados pelas seguintes ações previstas no PES, conforme estipulado pelo PPA 2000 –2003: Capacitação de Recursos Humanos em Esporte; Promoção de Eventos Esportivos de Identidade Cultural e Criação Nacional; Funcionamento de Núcleos de Esporte em Comunidades Carentes; Modernização de Infra-Estrutura Esportiva em Comunidades Carentes; Implantação de Infra-Estrutura Esportiva em Comunidades Carentes; e Implantação de Infra-Estrutura Esportiva em Assentamentos Rurais.

A reestruturação do PES teve por finalidade conferir maior racionalidade no uso dos recursos orçamentários disponíveis para sua execução. Isso foi feito seguindo a indicação governamental que teve o sentido de otimizar os programas e impor maior eficiência nos gastos públicos. Levou-se em consideração, também, a necessidade de adaptação do PES aos programas e ações da nova administração governamental, sendo as ações previstas absorvidas por dois novos projetos – Esporte e Lazer da Cidade e Segundo Tempo (nesse caso considerando o atendimento fora do ambiente escolar) – mantendo-se em 2003 as mesmas ações do PES, porém com novos objetivos e nova metodologia de implementação.

O Projeto Esporte e Lazer da Cidade (PELC), que em 2004 se transforma, formalmente, no Programa Esporte e Lazer da Cidade absorveu parte do Projeto Esporte Solidário, e os Projetos Esporte Especial e Vida Ativa na Terceira Idade. Diferentemente do que acontecia no PES, as ações do PELC foram formuladas para atender às demandas de esporte e de lazer de uma clientela diversificada em núcleos de esporte e lazer pluritemáticos e multifuncionais. As atividades do PELC são direcionadas para crianças, jovens, adultos, Pessoas Portadoras de Deficiência (PPD) e Pessoas com Necessidades Especiais (PNEs) num mesmo local – no Núcleo de Esporte e Lazer da Cidade, portanto, sem a necessidade de criação de espaços especializados para uma ou outra clientela.

Estes núcleos são referência da ação do Governo Federal no setor de esporte e de lazer nas comunidades. Esta nova metodologia incorporada às ações permitiu otimizar a utilização dos recursos humanos, materiais e financeiros disponibilizados por meio de convênios realizados entre o Governo Federal e Governos Estaduais, Municipais, universidades e entidades ou instituições da sociedade civil.

Os objetivos do programa também foram reestruturados. O objetivo mais geral do PELC é o de “promover o acesso ao esporte recreativo e ao lazer”. No entanto, este objetivo ganha dimensão real quando o vinculamos ao objetivo setorial do Ministério do Esporte, qual seja, o de “democratizar e universalizar o acesso ao esporte e ao lazer – em todas as suas manifestações – mediante a implementação de políticas públicas promotoras de inclusão, direcionadas prioritariamente às populações em situação de vulnerabilidade social”. O Projeto Segundo Tempo absorveu parte do Projeto Esporte Solidário, para viabilizar o atendimento, em espaços comunitários, a crianças e jovens em idade escolar, pertencentes a famílias com renda familiar de até três salários mínimos. O Projeto Navegar e o Projeto de Identidade Cultural e Criação Nacional foram mantidos inalterados durante o ano de 2003 e serão reestruturados a partir de 2004.

Esporte Solidário

Dados Físicos e Financeiros		R\$ 1,00	
LEI	LIMITE	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	
ORÇAMENTÁRIA	DECRETO	Empenhado	Realizado
245.427.890	127.781.434	123.058.825	79.790.163

Fonte: SIAFI

Capacitação de Recursos Humanos em Esporte

Dados Físicos e Financeiros

R\$ 1,00

LEI	LIMITE	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA		META/PRODUTO			
ORÇAMENTÁRIA	DECRETO	Empenhado	Realizado	Produto	Lei	Realizado	% Realização
4.950.000	74.430	74.430	27.818	Pessoa Capacitada	1900	240	12,63

Fonte: SIAFI e SIGPLAN

Promoção de Eventos Esportivos de Identidade Cultural e Criação Nacional

Dados Físicos e Financeiros

R\$ 1,00

LEI	LIMITE	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA		META/PRODUTO			
ORÇAMENTÁRIA	DECRETO	Empenhado	Realizado	Produto	Lei	Realizado	% Realização
1.500.000	1.117.412	1.117.412	1.117.412	Evento Realizado	3	3	100,00

Fonte: SIAFI e SIGPLAN

Funcionamento de Núcleos de Esporte em Comunidades Carentes

Dados Físicos e Financeiros

R\$ 1,00

LEI	LIMITE	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA		META/PRODUTO			
ORÇAMENTÁRIA	DECRETO	Empenhado	Realizado	Produto	Lei	Realizado	% Realização
25.465.000	16.564.278	16.564.278	6.312.095	Pessoas Beneficiadas	132.000	197.109 *	149,32

Fonte: SIAFI e SIGPLAN

* 41.861 – Projeto Esporte e Lazer da Cidade / 155.248 – Projeto Segundo Tempo

Modernização de Infra-Estrutura Esportiva para uso de Comunidades Carentes

Dados Físicos e Financeiros

R\$ 1,00

LEI	LIMITE	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA		META/PRODUTO			
ORÇAMENTÁRIA	DECRETO	Empenhado	Realizado	Produto	Lei	Realizado	% Realização
26.702.790	5.262.949	4.722.949	3.636.909	Espaço Esportivo Modernizado	20	0	-

Fonte: SIAFI e SIGPLAN – Ação executada pela Caixa Econômica Federal – o total realizado em 2003 diz respeito a reconhecimento de dívidas.

Implantação de Infra-Estrutura Esportiva para uso de Comunidades Carentes

Dados Físicos e Financeiros

R\$ 1,00

LEI	LIMITE	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA		META/PRODUTO			
ORÇAMENTÁRIA	DECRETO	Empenhado	Realizado	Produto	Lei	Realizado	% Realização
185.010.100	104.735.885	100.553.276	68.669.449	Espaço Esportivo Implantado	62	0	-

Fonte: SIAFI e SIGPLAN – Ação executada pela Caixa Econômica Federal – o total realizado em 2003 diz respeito a reconhecimento de dívidas.

Implantação de Infra-Estrutura Esportiva em Assentamentos Rurais

Dados Físicos e Financeiros

R\$ 1,00

LEI	LIMITE	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA		META/PRODUTO			
ORÇAMENTÁRIA	DECRETO	Empenhado	Realizado	Produto	Lei	Realizado	% Realização
500.000	26.480	26.480	26.480	Infra-estrutura Implantada	5	0	-

Fonte: SIAFI e SIGPLAN – Ação executada pela Caixa Econômica Federal – o total realizado em 2003 diz respeito a reconhecimento de dívidas.

Como se pode perceber, este programa, por meio de suas ações, no exercício de 2003, sofre solução de continuidade face ao contingenciamento dos recursos determinado pelo Decreto nº 4.591 e à não liberação dos recursos financeiros até o final de dezembro de 2003. A perspectiva é a de que em 2004, os recursos previstos sejam liberados e as metas físicas atingidas.